Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Os três problemas de Lira

O presidente da Câmara teve, pelo menos, três dissabores desde que foi reeleito. Primeiro, perdeu o controle da liberação das verbas orçamentárias das antigas RP9, que passaram, em parte, para o Poder Executivo. Em segundo lugar, não conseguiu a fusão do seu partido, o PP, com o União Brasil. E para completar, ainda vê o maior adversário, o senador Renan Calheiros (MDB), forte em Alagoas, com o filho ministro e proximidade com Lula.

Por falar em Alagoas...

No ano passado, a coluna alertou para o perigo de a briga alagoana respingar no jogo político federal. Os parlamentares próximos a Lira consideram que está tudo embolado. E o presidente da Câmara não irá recuar, porque, constitucionalmente, o Senado é a Casa revisora.

Vai sobrar para todos

O caso da Eldorado Celulose está levando os grandes bancos estrangeiros a aconselharem seus clientes, nas cláusulas contratuais, a indicar o foro de Nova York ou do Reino Unido como o ambiente jurídico adequado para resolução de conflitos em eventuais disputas. A orientação é evitar a Justiça brasileira e até mesmo arbitragem, criada há quase 30 anos, para tornar mais rápidas as disputas, evitando a demora da justiça.

Novela sem fim

A Paper Excellence comprou a Eldorado Celulose da J&F em 2017, quando os irmãos Batista resolveram se desfazer de algumas empresas. Em agosto de 2018, porém, quando a compra seria concluída, a J&F pediu a mais para transferir as ações restantes. A Paper ganhou a arbitragem, mas, até hoje, o caso se arrasta no Tribunal de Justiça de São Paulo em uma ação que tenta anular a decisão arbitral. A consequência prática disso é que os bancos estrangeiros, que têm aversão a insegurança jurídica, estão atentos para o resultado da disputa no TJ-SP para saber se vão deixar de recomendar arbitragem no Brasil.

Juros e MPs, duas cordas esticadas

A decisão do Banco Central (BC) de manter os juros em 13,5%, e a do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em bater o pé contra as comissões mistas das medidas provisórias, engrossam o caldo da tensão e funcionam como dois recados ao governo. O da autoridade monetária é um aviso: sem arcabouço fiscal, não tem juros mais baixos. No caso do deputado, o recado resvala para uma crise institucional num governo que não tem sequer 100 dias.

Se o Congresso não agir rápido, a crise da tramitação de medidas provisórias caminha para ser resolvida no Supremo Tribunal Federal (STF). E lá, a decisão, segundo alguns ministros, seguirá a Constituição — ou seja, instalação das comissões formadas por deputados e senadores para análise das MPs. Logo, Lira tem tudo para, num primeiro momento, perder essa batalha, se continuar esticando a corda.

Quanto ao BC, não será o STF a resolver, e sim o próprio governo, que precisa mostrar seu plano econômico para os gastos públicos. Afinal, a decisão desta semana do Copom indica que não serão as reclamações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros que levarão os juros a cair.



CURTIDAS

Moro foi ouvido/ A fala do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) na tribuna da Câmara foi acompanhada em silêncio pelos colegas em plenário. Em política, esse gesto é forte. Afinal, são poucos os que conseguem a atenção de todos quando se pronunciam.

Pontes/ No geral, o ex-juiz e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública terminou recebendo total solidariedade daqueles que se afastaram dele no governo Bolsonaro. Da parte do PT, houve também gestos ao senador, uma vez que partiu da Polícia Federal (PF), sob o governo Lula, a Operação Sequaz, que ontem prendeu quem planejava um atentado contra Moro e outras autoridades.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em nome do pai e na oposição/ O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ, **foto**) aproveitou para alfinetar o atual ministro da Justiça, Flávio Dino: "Quando a gente vê o ministro da Justiça entrar com apenas dois carros na Nova Holanda, no Complexo da Maré, qual a mensagem que passa para a população da forma como o governo vai combater o crime organizado?", perguntou.

Tudo em paz/ O deputado Alberto Fraga (PL-DF) mandou mensagem para o ex-presidente Jair Bolsonaro a fim de cumprimentá-lo pela passagem do aniversário. "Estamos bem, sem problemas", disse à coluna.

CONGRESSO

Disputa rumo ao Judiciário

Impasse entre Lira e Pacheco sobre tramitação das MPs pode ser decidida pelo STF, devido a mandado relatado por Nunes Marques

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

A disputa entre Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL), respectivamente presidentes do Senado e da Câmara, sobre o trâmite das medidas provisórias, tem tudo para ser decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Diante da impossibilidade de, por enquanto, os dois chegarem a um acordo, está nas mãos do ministro Nunes Marques a possibilidade de solução para o impasse.

O magistrado é o relator de um mandado de segurança impetrado pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE), que pede a retomada do rito de tramitação das MPs previsto no Regimento Interno do Congresso e na Constituição — para as quais são criadas comissões mistas para a análise. Lira não concorda com a retomada desse formato e vem forçando para que seja mantido o trâmite que vigorou desde a pandemia — quando, para agilizar os trabalhos, as medidas entravam pela Câmara, ele designava o relator e a decisão era no Plenário da Casa. Uma vez aprovada, seguida para o Senado analisar, habitualmente perto de expirar o prazo de validade.

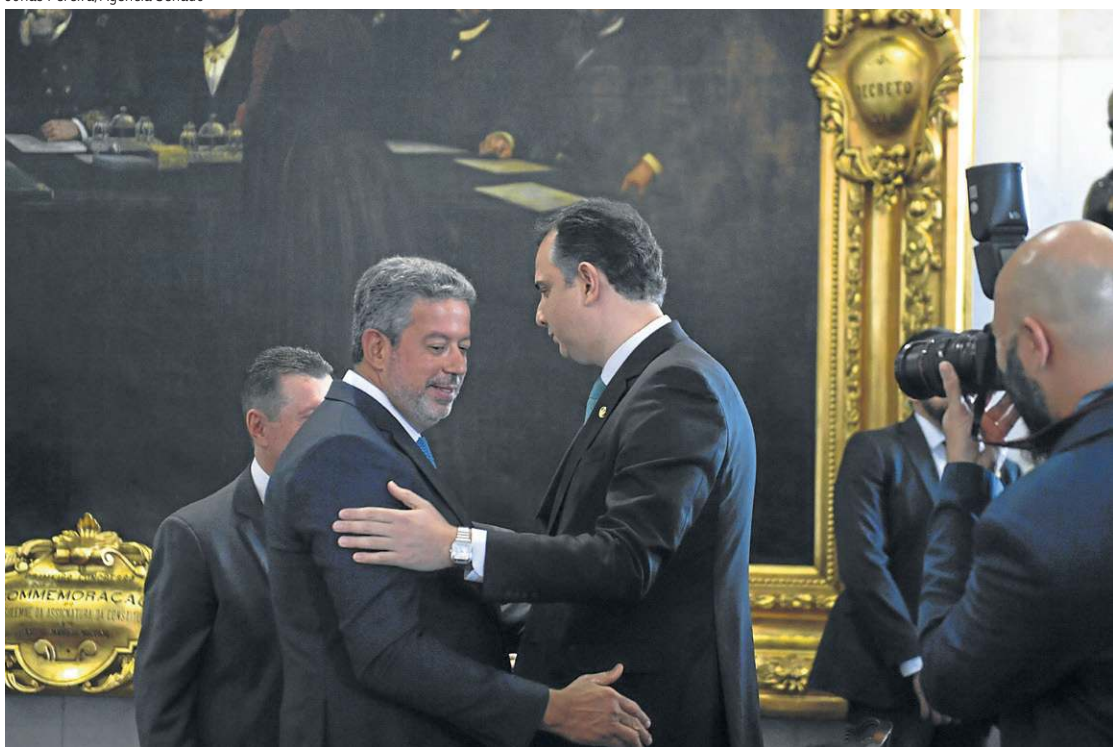
"Você acha que o Senado pode decidir só?", reagiu Lira, com certa irritação, ao ser questionado pelo **Correio** e deixando claro que manterá a corda esticada com Pacheco. O presidente da Câmara também considera que, nas comissões mistas, os deputados estão sub-representados, pois são a maioria numérica do Congresso

Fechados com Lira, os caciques das 23 legendas na Casa não pretendem abrir mão de serem os primeiros a avaliar as MPs. Só que desconversam quando indagados sobre a manutenção do poder decisório.

"Está faltando apenas o presidente do Congresso mandar instalar as comissões mistas", afirmou o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), um dos principais aliados do presidente da Câmara e líder do partido na Casa, ao ser questionado sobre quais os entraves para que o formato regimental seja retomado.

Sobre uma saída que contemple Câmara e Senado — a sugestão de Lira de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que põe fim às comissões mistas e alterna o ingresso das MPs —, e que poderia ser o caminho para a distensão entre os presidentes das duas Casas, Elmar é tachativo: "Não tem a menor viabilidade".

Jonas Pereira/Agência Senado



Lira e Pacheco almoçaram, mas continuam em caminhos opostos sobre o rito de análise de medidas provisórias

Conversas

Isso não quer dizer, porém, que Lira e Pacheco não tentem um entendimento. Ontem, almoçaram na residência oficial do presidente da Câmara, mas, segundo o senador, não houve consenso sobre as propostas apresentadas, um dia antes e separadamente, aos líderes partidários. Eles reúnem novamente hoje os caciques das legendas para tentar chegar a um acordo para um cabo de guerra que dura aproximadamente 45 dias.

Pacheco lembrou, porém, que há um acordo entre ele e Lira para que as MPs do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro tramitem pelo formato adotado na pandemia. Sobra as que foram enviadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, observou que prevalecerá aquilo que for de comum acordo — o rito constitucional ou o sumário que vigora desde a crise sanitária.

> **"Você acha que o Senado pode decidir só?"**
>
> ***Arthur Lira,*** *presidente da Câmara, respondendo sobre a volta das comissões mistas para análise das MPs*

Mas o senador vem sendo pressionado pelos pares a não ceder às manobras de Lira — que, caso ganhe a disputa, aumenta o cacife político pessoal junto ao governo, uma vez que será capaz de determinar a velocidade que uma MP tramitará, além da redação que terá. "Foi um gesto de cavalheirismo de Pacheco sinalizar a Lira o diálogo para a retomada das comissões mistas, no mês passado. Mas o deputado se recusou a assinar", observou o primeiro vice-presidente da Mesa do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), dando a entender que não pode haver recuo na posição do presidente da Casa.

PEÇAS DE LUXO

Joias serão entregues à Caixa e armas, à PF

Depois de consultado pela defesa de Jair Bolsonaro, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, ontem, que estojo recebido pelo ex-presidente de presente do governo saudita será entregue à Caixa Econômica Federal. Já as armas que ele recebeu dos Emirados Árabes serão devolvidos à Polícia Federal (PF), que passará a custodiá-los. Todos os objetos devem ser entregues em cinco dias.

Na segunda-feira, os advogados de Bolsonaro — que estão de posse de um relógio, um par de abotoaduras, uma caneta e um terço muçulmano, todos produzidos pela prestigiada marca de artigos de luxo Chopard, da Suíça — consultaram a Corte, uma vez que não estava claro quem deveria receber o estojo. Os próprio defensores do ex-presidente sugeriram que a Caixa recebesse os presentes, uma vez que o setor de penhores da instituição tem experiência na catalogação e guarda de bens de alto valor.

Outra determinação do TCU é que a Receita Federal também entregue à Caixa, na mesma agência que receberá o estojo presenteado a Bolsonaro, o conjunto de joias retido no aeroporto de Guarulhos (SP), "tendo em vista o elevado valor do bem, que não deve ser incorporado em acervo privado". A Corte salienta que o repasse dos bens — um colar, um relógio, um par de brincos e um anel, todos cravejados de diamantes — "deve ser feito após efetuados os trâmites para desembaraço aduaneiro pelas autoridades competentes".